

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA (Endesa Cachoeira) submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Endesa Cachoeira é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** As Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA é uma geradora hidrelétrica situada no Rio Paranaíba, no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, distante 240 km de Goiânia. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pelo Grupo Endesa Espanha, que possui 99,6% de seu capital. Com 658 MW de capacidade instalada, subdivididos em 10 unidades geradoras, possui 415 MW de energia assegurada. Em 2012, a usina gerou 3.722 GWh e vendeu 4.344 GWh de energia, atendendo 76 clientes, entre clientes livres, comercializadoras e distribuidoras de energia de todo o Brasil. A Endesa Cachoeira conta com 6,3 km de linhas aéreas de transmissão, sendo 2,8 km de média-tensão e 3,5 km de alta-tensão.

2) Principais Indicadores:

Principais Indicadores	2012	2011	Var%
Potência instalada (MW)	658	658	0%
Energia assegurada (MW)	415	415	0%
Venda de energia elétrica (GWh/ano)	4.344	3.986	9%
Energia gerada (GWh/ano)	3.722	3.121	19%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.030.616	1.122.833	-8%
Ativo total (R\$ mil)	1.194.059	1.335.070	-11%
Lucro líquido do exercício (R\$ mil)	374.904	358.886	4%
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,13	0,12	4%
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,35	0,38	-8%
Número de colaboradores próprios	69	69	0%
Número de colaboradores parceiros	80	103	-22%

3) Desempenho Operacional: Em 2012, foi gerado o montante de 3.722 GWh (3.121 GWh em 2011). O fator de carga da usina foi de 66,7 MW. De acordo com a resolução nº 420 da ANEEL, a Endesa Cachoeira confirmou sua capacidade de geração nas unidades geradoras 05, 06, 09 e 10. Além disso, confirmou sua potência de 658 MW. Foram registradas, em 2012, paradas planejadas para modernização das unidades geradoras 01, 02, 03, 07, 08 e 09. O índice de disponibilidade acumulado foi de 98,1%. **4) Investimentos:** Os investimentos em 2012 somaram R\$ 12,9 milhões (R\$ 4,3 milhões em 2011), sendo R\$ 11,6 milhões (90%) destinados as atividades de reforço, modernização e ampliação da usina e R\$ 1,3 milhões (10%) destinados a projetos relacionados à itens de segurança e meio ambiente. Dentre os principais investimentos realizados, destacam-se a modernização das unidades geradoras 05, 06 e 08.

5) Desempenho Econômico:

Valores em R\$ Mil	2012	2011	Var. % (1)
Receita operacional bruta	623.266	438.162	42%
Deduções da receita bruta	-39.123	-28.480	37%
Receita operacional líquida	584.143	409.682	43%
Custos da operação e despesas operacionais	-217.886	-132.417	65%
EBITDA(2)	447.838	337.569	33%
Margem EBITDA	77%	82%	-6 p.p.
EBIT(3)	366.257	277.265	32%
Margem EBIT	63%	68%	-5 p.p.
Resultado financeiro	42.938	146.661	-71%
Imposto de renda e contribuição social	-34.291	-65.040	-47%
Lucro líquido	374.904	358.886	4%
Margem líquida	64%	88%	-23 p.p.
Lucro por ação (R\$/mil ações)	0,13	0,12	4%

(1) Variação entre 2012 e 2011

(2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações

(3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 42%, decorrente da política comercial adotada pela Companhia e do maior volume de energia vendida. Este aumento se refletiu também nas deduções à receita operacional que apresentaram um incremento de 37%. Os custos da operação e as despesas operacionais apresentaram aumento de 65%, decorrente de reajustes contratuais por inflação e aumento do uso do sistema de distribuição/transmissão, dado a maior quantidade de energia gerada. Estas variações resultaram em um EBITDA de R\$ 448 milhões, 33% superior ao apresentado em 2011 (R\$ 338 milhões). A margem EBITDA ficou em 77%, 6 pontos percentuais abaixo do verificado no ano anterior. O resultado financeiro apresentou redução de 71%, devido à receita financeira oriunda do acordo de liquidação de dívida comercial junto à CELG registrada em 2011. Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 375 milhões, 4% superior ao apresentado em 2011 (R\$ 359 milhões). A margem líquida fechou em 64%, apresentando uma redução de 23 pontos percentuais frente a 2011. **6) Responsabilidade Socioambiental:** O compromisso da Endesa Cachoeira com o desenvolvimento sustentável nos negócios se manifesta em diferentes ações e sistemas. Objetivos, metas e indicadores são estabelecidos e monitorados de forma global, por meio de planejamento estratégico, e nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Dentre as atividades realizadas em 2012 junto às comunidades com as quais se relaciona, a empresa beneficiou 5.665 pessoas, com um investimento de cerca de R\$ 193,5 mil. Entre as diversas iniciativas, destacam-se os seguintes projetos: • Cursos profissionalizantes em parceria com o Senai para capacitação e geração de renda nas comunidades locais. Em 2012 foram realizados seis tipos de cursos, atendendo a 125 alunos; • Reforma do espaço e aquisição de equipamentos para o parque recreativo do Instituto Novo Goiás; • Patrocínio e apoio à IV Feira do Empreendedor de Itumbiara, VII Fórum de Contabilidade e XII mostra de Software (Fórum ULBRA) que beneficia o público acadêmico e empresarial das cidades de Itumbiara, Cachoeira Dourada de Goiás e arredores; • Parcerias para criação da Escola de Música Sinfônica do Amanhã em Cachoeira Dourada de Goiás que, a partir de 2013 irá beneficiar diretamente 50 estudantes das comunidades no entorno da usina; • Ações do programa de Voluntariado Corporativo da Endesa Brasil - Rede do Bem – beneficiaram 03 instituições, 1.660 pessoas, e envolveram 410 funcionários voluntários. • Projeto Teatro de Brinquedo, integrante do Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura, visa contribuir na qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas, utilizando o texto teatral como ferramenta. A Endesa Cachoeira é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão. Entre as atividades ambientais, destacam-se o reforestamento do entorno do reservatório, o qual propicia a recuperação da mata ciliar com o plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado em uma área de 54 hectares. A iniciativa é voluntária, uma vez que as áreas em processo de recuperação não foram afetadas pela usina. **7) Reconhecimentos e Premiações: Guia Você S/A - Exame** – Endesa Geração ingressou na lista das “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas. **Great Place to Work (GTPW)** – Endesa Geração ficou entre as “30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro” e entre as “100 melhores para Trabalhar no Brasil”, em 2012. **Prêmio Aberje de Comunicação Empresarial** – Endesa Cachoeira recebeu o prêmio Aberje de Comunicação Empresarial de 2012, por melhor Mídia Audiovisual da Região Centro Oeste, pelo documentário 781, que mostra a turnê da Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás na Espanha. O Prêmio Aberje reconhece as melhores práticas do setor no país, contribuindo para o fortalecimento da visão estratégica de comunicação das empresas e instituições.

8) Composição Acionária

Composição Acionária – Ações Ordinárias (em mil ações)	2012	%	2011	%
Endesa Brasil	2.914.519	99,6%	2.914.519	99,6%
Outros	7.186	0,3%	7.186	0,3%
Ações em Tesouraria	4.346	0,1%	4.346	0,1%
Total	2.926.051	100,0%	2.926.051	100,0%

9) Auditores Independentes: A Companhia firmou contrato com a Ernst&Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais, para um período de 5(cinco) anos. A Ernst &Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **10) Agradecimentos:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2012 tornaram-se efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/1/2011	Passivo Circulante	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/1/2011
Ativo					Fornecedores	11	28.560	25.257	21.126
Circulante					Folha de pagamento		1.530	1.995	1.706
Caixa e equivalente de caixa	4	252.475	139.451	71.039	Obrigações fiscais	12	13.851	63.360	17.616
Títulos e valores mobiliários	5	65.991	172.480	90.036	Dividendos a pagar		252	35	-
Concessionárias, concessionários e permissionários	6	85.734	112.769	168.850	Taxas regulamentares		4.365	5.078	3.016
Partes relacionadas	14	1.053	1.071	181	Parcelamento de tributos	13	5.335	2.878	4.320
Tributos a compensar	7	8.124	6.563	11.211	Partes relacionadas	14	93	96	231
Outros créditos		12.275	5.030	5.007	Programa de pesquisa e desenvolvimento	15	14.406	11.537	9.654
Total do ativo circulante		425.652	437.364	346.324	Outras obrigações		2.567	2.404	2.356
Não circulante					Total do passivo circulante		70.959	112.640	60.025
Concessionárias, concessionários e permissionários	6	-	60.375	-	Patrimônio líquido	17			
Tributos diferidos	8	9.633	9.633	11.360	Capital social		289.340	289.340	289.340
Depósitos vinculados a litígios	9	19.756	20.036	18.997	Ações em tesouraria		(278)	(278)	(278)
Imobilizado	10	736.364	806.275	862.290	Reserva de capital		346.839	346.839	346.839
Intangível		2.654	1.387	1.486	Reservas de lucros		7.693	7.693	7.693
Total do ativo não circulante		768.407	897.706	894.133	Proposta de distribuição de dividendos adicional		142.996	179.291	92.660
Total dos ativos		1.194.059	1.335.070	1.240.457	Outros resultados abrangentes		244.026	299.948	334.797
					Total do patrimônio líquido		1.030.616	1.122.833	1.071.051
					Total dos passivos e patrimônio líquido		1.194.059	1.335.070	1.240.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Doações e subvenções para investimentos	Especial Lei nº 8.200/91	Remuneração de imobilizações em curso	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		289.340	(278)	126.831	219.970	38	334.797	7.693	-	92.660	1.071.051
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	(34.849)	-	34.849	-	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(92.660)	(92.660)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	358.886	-	358.886
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	(214.444)	-	(214.444)
Dividendo mínimo obrigatório	17	-	-	-	-	-	-	-	(179.291)	179.291	-
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		289.340	(278)	126.831	219.970	38	299.948	7.693	-	179.291	1.122.833
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	(55.922)	-	55.922	-	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(179.291)	(179.291)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	374.904	-	374.904
Destinações		-	-	-	-	-	-	-	(287.830)	-	(287.830)
Dividendo intercalares		-	-	-	-	-	-	-	(142.996)	142.996	-
Dividendos adicionais	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		289.340	(278)	126.831	219.970	38	244.026	7.693	-	142.996	1.030.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011 E 1º DE JANEIRO DE 2011 (31 DE DEZEMBRO DE 2010) (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais - A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("Companhia" ou "CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM 0 - Cachoeira Dourada – Estado de Goiás, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia foi constituída mediante cisão da Companhia Energética de Goiás - CELG, da qual foram transferidos os bens patrimoniais do sistema de geração da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada para a nova Companhia. Essa cisão foi efetuada com base no balanço levantado em 31 de outubro de 1996 e aprovado pelos acionistas da CELG na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 1996. Conforme descrito na Nota 2.18, a Companhia efetuou correções de determinadas classificações em seu balanço patrimonial, as quais impactaram a demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações em relação às demonstrações financeiras anteriormente emitidas não causaram alterações no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2011, nem no resultado do exercício findo naquela data. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. **2. Principais políticas contábeis** - **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.3. Informações por segmento:** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*chief operating decision maker*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - geração de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento". **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões. Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e Spot no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações. Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** 2.5.1. Ativo financeiro: **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de concessionárias, permissionárias e consumidores livres, depósitos vinculados a litígios e outros ativos financeiros. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida	18	584.143	409.682
Custo do serviço	19	(206.695)	(136.706)
Lucro bruto		377.448	272.976
(Despesas) receitas operacionais		-	-
Despesas com vendas	19	(2.196)	11.994
Despesas gerais e administrativas	19	(8.995)	(7.705)
Total das receitas (despesas) operacionais		(11.191)	4.289
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		366.257	277.265
Resultado financeiro		-	-
Receitas financeiras	20	48.732	147.210
Despesas financeiras	20	(5.794)	(549)
		42.938	146.661
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		409.195	423.926
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Correntes		(34.291)	(63.313)
Diferidos		-	(1.727)
Lucro líquido do exercício		374.904	358.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		374.904	358.886
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		374.904	358.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	374.904	358.886
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Depreciação e amortização	81.581	60.304
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.033	(6.672)
Tributos e contribuição social diferidos	-	1.727
Encargos financeiros	1.305	-
(Aumento) redução nos ativos:		
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	87.410	(4.294)
Tributos a compensar	(1.561)	4.648
Partes relacionadas	18	(890)
Outros créditos e ativos	(7.245)	(23)
Depósitos vinculados a litígios	280	(1.039)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	3.303	4.131
Folha de pagamento	(465)	289
Obrigações fiscais	(49.509)	45.744
Partes relacionadas	(3)	(135)
Taxas regulamentares	(713)	2.062
Programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	1.935	1.883
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(770)	-
Outras obrigações e contas a pagar	380	83
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	493.883	466.704
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	106.489	(82.444)
Aplicações no imobilizado e no intangível	(12.937)	(4.190)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	93.552	(86.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Parcelamento especial	(7.290)	(4.554)
Dividendos pagos	467.121	(307.104)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(474.411)	(311.658)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	113.024	68.412
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	139.451	71.039
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	252.475	139.451
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	113.024	68.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.5.4. Instrumentos financeiros: apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.5.5. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.6. Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado foram avaliados pelo valor justo como custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para as normas que contemplam os pronunciamentos contábeis emit



continuação

endesa cachoeira

identificadas, e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma negociação em bases comutativas, entre partes concorrentes e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.9. Provisões: Gerais.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base no lucro presumido, através de aplicação dos percentuais definidos pela legislação vigente em 8% e 12% respectivamente. Sobre estas bases são calculados o Imposto de renda e Contribuições sociais baseadas nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240.000 no ano) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%). **2.11. Taxas regulamentares:** A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes: 2.11.1. Reserva Global de Reversão (RGR): Referência à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despacho emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. 2.11.2. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa - Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. 2.11.3. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos: A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida. **2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.13. Participações nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **2.14. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. **2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa ("CPC 03"). **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros; Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"): A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"): A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17"): A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*. • CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30"): A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35"): A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*. **2.17. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012:** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"): A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"): A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é preservar a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"): O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"): A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"): O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **2.18. Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:** Durante o quarto trimestre do exercício de 2012, a Companhia identificou erros na classificação de certos instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, para os quais o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa foram corrigidos. A Administração da Companhia concluiu, baseada em uma reavaliação do assunto, que certos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e que havia sido reportado anteriormente, deveriam ser registrados como títulos e valores mobiliários, e que certos títulos e valores mobiliários deveriam ser registrados como caixa e equivalentes de caixa, para estarem em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Esses valores foram determinados para 31 de dezembro de 2011 e para 1 de janeiro de 2011 (equivalente aos saldos de 31 de dezembro de 2010), de forma a demonstrar o ajuste do erro no início do mais antigo período comparativo apresentado. Como demonstrado na tabela abaixo, esses ajustes resultaram em uma diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa e em um aumento no saldo dos títulos e valores mobiliários no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011.

Balanço patrimonial:					
31 de dezembro de 2011			01 de janeiro de 2011		
Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	254.417	(114.966)	139.451	71.039	—
Títulos e valores mobiliários	57.514	114.966	172.480	90.036	—
Esses ajustes também foram refletidos na demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado na tabela abaixo. Demonstração dos fluxos de caixa:					

31 de dezembro de 2011					
Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(57.758)	(28.876)	71.039	—	—
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.039	—	71.039	—	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	254.417	(114.966)	139.451	—	—
As Notas 4 e 5 estão sendo representadas com o objetivo de demonstrar os saldos modificados e as respectivas divulgações ajustadas após a correção do erro mencionado anteriormente. As referidas reclassificações não produziram impacto nos demais saldos do ativo (circulante e não circulante), passivo (circulante e não circulante), patrimônio líquido (incluindo as suas mutações), demonstrações do resultado e do resultado abrangente.					
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais					

identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições me que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		Reapresentado	
Caixa e depósitos bancários	66.178	235	2.093
Aplicações financeiras	186.297	139.216	68.946
Total	252.475	139.451	71.039

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 1º de janeiro de 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

6. Concessionárias, permissionárias e consumidores livres

	A vencer			Vencidos a mais de 90 dias			Total		
	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Companhia Energética de Goiás – CELG	136	125.375	—	—	—	147.658	136	125.375	147.658
Energia Elétrica- CCEE	16.097	6.744	4.567	—	—	—	16.097	6.744	4.567
Leilão Energia – CCEAR	12.823	11.692	10.539	2.048	1.707	—	14.871	13.399	10.539
Clientes livres	24.272	23.784	19.211	3.906	3.842	232	28.178	27.626	19.443
Enertrade Energy	26.452	—	—	—	—	—	26.452	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	—	—	—	(13.357)	—	—	(13.357)
Total	79.780	167.595	34.317	5.954	5.549	134.533	85.734	173.144	168.850

Circulante

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía um contas a receber com a Companhia Energética de Goiás - CELG no valor de R\$125.375, o qual foi recebido R\$65.000 em maio de 2012 e R\$65.060 em dezembro de 2012. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	(13.357)
(Adições) baixas	13.357
Saldo em 31 de dezembro de 2011	—
(Adições) baixas	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	—

7. Tributos a compensar

	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2011
Imposto de renda e contribuição social	6.285	5.978	10.070
PIS e COFINS	1.839	585	1.141
Total	8.124	6.563	11.211

8. Tributos Diferidos: A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a Companhia passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. O imposto diferido ativo está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a Companhia. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da Companhia, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil		Custo histórico		Depreciação acumulada			Imobilizado líquido		
	média em anos		31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011	31/12/2012	01/01/2011
Geração										
Terrenos		1.139	1.139	1.139	1.139	—	—	—	1.139	1.139
Reservatórios	46	241.424	241.424	240.952	(148.477)	(143.529)	(138.586)	92.947	97.895	102.366
Edificações	30	106.432	106.432	104.426	(77.153)	(74.596)	(71.503)	29.279	31.836	32.923
Máquinas e equipamentos	34,56	2.164.184	2.163.477	2.146.437	(1.581.721)	(1.508.233)	(1.458.807)	582.463	655.244	687.630
Veículos	7	745	598	598	(558)	(571)	(537)	187	27	61
Móveis e utensílios	16	530	530	396	(363)	(349)	(334)	167	181	62
		2.514.450	2.513.600	2.493.948	(1.808.272)	(1.727.278)	(1.669.767)	706.182	786.322	824.181
Administração										
Terrenos	24	24	24	24	—	—	—	24	24	24
Edificações	30	2.212	2.212	2.193	(977)	(903)	(815)	1.235	1.309	1.378
Máquinas e equipamentos	10	1.528	1.528	1.535	(991)	(819)	(723)	537	709	812
Veículos	7	48	126	126	(48)	(126)	(126)	—	—	—
Móveis e utensílios	16	1.323	1.325	1.323	(1.219)	(1.202)	(1.160)	104	123	163
		5.135	5.215	5.201	(3.235)	(3.050)	(2.824)	1.900	2.165	2.377
Total do imobilizado em serviço		2.519.589	2.518.815	2.499.149	(1.811.507)	(1.730.328)	(1.672.591)	708.082	788.487	826.558
Em curso:										
Geração		27.466	17.198	35.359	—	—	—	27.466	17.198	35.359
Administração		816	590	373	—	—	—	816	590	373
Total do imobilizado em curso		28.282	17.788	35.732	—	—	—	28.282	17.788	35.732
Total imobilizado		2.547.871	2.536.603	2.534.881	(1.811.507)	(1.730.328)	(1.672.591)	736.364	806.275	862.290

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Saldo em 1º de janeiro de 2011	2.499.149	(1.672.591)	826.558	35.732	862.290
Adições	—	(60.010)	(60.010)	4.186	(55.824)
Baixas	(2.464)	2.273	(191)	—	(191)
Transferência	22.130	—	22.130	(22.130)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.518.815	(1.730.328)	788.487	17.788	806.275
Adições	—	(81.296)	(81.296)	11.385	(69.911)
Baixas	(117)	117	—	—	—
Transferência	891	—	891	(891)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.519.589	(1.811.507)	708.082	28.282	736.364

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração entende que a Companhia sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **Reversão dos bens à União:** Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura da Companhia. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 31 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 37 anos, o que corresponde ao acréscimo de 6 anos em relação à vida útil econômica média anterior. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%

14. Partes relacionadas:

As transações da Companhia com partes relacionadas são como segue:

	31/12/2012			
	Contas a receber de clientes	Fornecedores	Suprimento de energia elétrica	Despesas operacionais
Ampla Energia e Serviço S.A.	586	—	5.379	—
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	—	93	—	841
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	467	—	3.840	—
Total	1.053	93	9.219	841

Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado em dezembro de 2012 de R\$2.578. A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Aguarda-se intimação. b) **Contingências ambientais:** A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **Principais riscos possíveis**

	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
Trabalhistas	228	203	—
Cíveis	5.436	4.420	—
Fiscais (a)	16.805	15.303	16.051
	22.469	19.926	16.051

a) **Contribuição social sobre o lucro** - compensação de saldo de base negativa: A Receita Federal do Brasil autuou a Companhia em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999). A Companhia ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A Companhia apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$16.094 (R\$15.631 mil em dezembro de 2011 e R\$14.905 em 1º de janeiro de 2011). A Companhia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$711 em 31 de dezembro de 2012. **17. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Endesa Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,60
Ações em tesouraria	—	—	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25
Total	1.031.120.660	100,00	1.894.930.206	100,00	2.926.050.866	100,00

Aos acionistas detentores de ações preferenciais tem assegurados dividendos fixos não cumulativos de 10% (dez por cento) ao ano, calculados sobre o valor do capital por eles representado, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo. Os detentores de ações ordinárias, após as deduções previstas no artigo 24 do Estatuto Social, também farão jus a dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das S.A. nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, dos quais serão deduzidos os dividendos fixos devidos aos detentores das ações preferenciais. b) **Dividendo mínimo obrigatório**

	31/12/2012	Por lote de
	Dividendos totais	R\$ mil de ações
Lucro líquido do exercício	374.904	134,31
	25%	—
Dividendos mínimos obrigatórios	93.726	33,58
Ações preferenciais	60.698	33,58
Ações ordinárias	33.028	33,58
Dividendos efetivos no ano Intercalares	287.830	98,37
Ações preferenciais	186.401	98,37
Ações ordinárias	101.429	98,37
Dividendos adicionais	142.996	48,87
Ações preferenciais	92.605	48,87
Ações ordinárias	50.391	48,87

Por deliberação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2012, foram deliberados dividendos no montante de R\$179.291, referentes ao lucro líquido do exercício de 2011, sendo pago em dia 10 de junho de 2012. Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de novembro de 2012 foram deliberados dividendos no montante de R\$287.830 sob a forma de dividendos intercalares, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e referentes ao lucro líquido apurado até setembro de 2012. O montante foi pago no dia 10 de dezembro de 2012. c) **Dividendo adicionais:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2012, além dos dividendos deliberados antecipadamente sob a forma de dividendos intercalares pelo Conselho de Administração da Companhia, no montante de R\$287.830, a Administração está propondo dividendos adicionais de R\$142.996, perfazendo o total de distribuição proposto de R\$430.826. d) **Reserva legal:** A Companhia não constitui reserva legal em 2012 e 2011 face ao fato das reservas de capital, exceder em mais de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto no § 1º do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. e) **Reservas de capital:** As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, com saldo em 31 de dezembro 2012 e 2011 de R\$126.831 e R\$219.970, respectivamente, referem-se

a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia, conforme mencionado na Nota 1. **18.**

	31/12/2012	31/12/2011
Receita líquida:		
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	623.179	438.135
Outras receitas	87	27
Total	623.266	438.162
Deduções da receita bruta		
PIS/PASEP	(4.567)	(2.848)
COFINS	(20.802)	(13.145)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.841)	(3.683)
Quota para reversão global de reversão	(7.913)	(8.804)
Total	(39.123)	(28.480)
Receita líquida	584.143	409.682

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	7.144	1.369	3.142	11.655	13.354
Administradores	—	—	1.107	1.107	808
Material	648	—	23	671	1.104
Serviços de terceiros	3.603	581	2.322	6.506	5.542
Energia comprada para revenda	45.633	—	—	45.633	1.989
Transporte de potência de energia	46.030	—	—	46.030	43.734
Depreciação e amortização	81.243	—	338	81.581	60.304
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	—	—	1.364	1.364	397
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	—	—	(13.357)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	18.305	—	—	18.305	15.959
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.975	—	—	1.975	805
Outras despesas operacionais	2.114	246	699	3.059	1.778
Total	206.695	2.196	8.995	217.886	132.417

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	31.359	25.669
Atualização monetária - CELG	11.530	117.655
Outras receitas financeiras	5.843	3.886
Total	48.732	147.210
Despesas financeiras		
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.669)	—
Variações monetárias diversas	(55)	—
Despesas bancárias	(21)	(20)
Encargos sobre tributos	(371)	(529)
Correção P&D	(934)	—
Outras despesas	(2.744)	—
Total	(5.794)	(549)
Resultado financeiro	42.938	146.661

	Categoria	Nível
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2
Concessionárias, permissionárias e consumidores livres	Empréstimos e recebíveis	—
Depósitos vinculados a litígios	Empréstimos e recebíveis	—
Passivo		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	—
Parcelamento de tributos	Outros passivos financeiros	—
Os títulos e valores mobiliários registradas nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. Valor justo hierárquico: Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.		

23. Compromissos: A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado) no montante de R\$2.290.985. **24. Participação nos resultados:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante estimado dessa participação para o exercício de 2012 foi de R\$1.413 (R\$1.143 em 2011). **25. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$1.470.282, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$676.884 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.014.785. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$787.938 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco.

	Riscos	Data de vigência	Até
Risco operacional		31/10/2012	31/10/2013
Responsabilidade civil		31/10/2012	31/10/2013

21. Imposto de renda e contribuição social: As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta Companhia, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Faturamento - suprimento de energia	623.179	438.135	623.179	438.135
Alíquota aplicável	8%	8%	12%	12%
Base de cálculo	49.854	35.051	74.781	52.576
Demais receitas	56.355	146.458	56.355	146.458
Base de cálculo	106.209	181.509	131.136	199.034
Alíquota aplicável do imposto de renda (15%) e da contribuição social (9%)	15%	15%	9%	9%
	15.931	27.226	11.802	17.913

Alíquota aplicável do adicional de imposto de renda (10%)	10.597	18.127	—	—
Ajuste de IRPJ e CSLL sobre exercícios anteriores	354	47	(4.393)	—
Imposto de renda e contribuição social	26.882	45.400	7.409	17.913

22. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado. **Fatores de risco:** Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios: a) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes. b) **Risco hidrológico:** De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia. **Valorização dos instrumentos financeiros:** O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	31/12/2012		31/12/2011		01/01/2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Reapresentado			Reapresentado			
	139.451	139.451	139.451	139.451	71.039	71.039
	172.480	172.480	172.480	172.480	90.036	90.036
	85.734	85.734	173.144	173.144	168.850	168.850
	19.756	19.756	20.036	20.036	18.997	18.997
	28.560	28.560	25.257	25.257	21.126	21.357
	8.561	8.561	15.480	15.480	20.034	20.034

	Importância segura	Limite máximo de indenização
	R\$1.470.282	R\$1.014.785
	N/A	R\$787.938

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA-EXECUTIVA		RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Presidente: Marcelo Andrés Llévénas Rebollo	Presidente: Guilherme Gomes Lencastre	Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco	Isabel Regina Barroso de Alcântara
Vice-Presidente: Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Técnico: José Ignácio Pires Medeiros	Diretor Jurídico: Ana Claudia Gonçalves Rebello	
Luis Larumbe Aragón	Diretor de Trading e Comercialização: Manuel Rigoberto Herrera Vargas	Diretor de Planejamento e Controle: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira	
	Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegle Moreira	Diretor Financeiro: Teobaldo José Cavalcante Leal	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
Aos Administradores e Acionistas da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, Cachoeira Dourada - GO. Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres		
de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com		
as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Em 20 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.18, essas demonstrações financeiras foram alteradas para corrigir a classificação de determinados instrumentos financeiros entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e estão sendo ora reapresentadas. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013		
 ERNST & YOUNG TERCO		
Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ Márcio F. Ostwald Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4 - S - GO		
		Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0 - S - GO